

O COMUNISMO ANARQUISTA DO JORNAL *SPÁRTACUS* (1919 – 1920)

João Gabriel da Fonseca Mateus*

Este artigo surgiu da necessidade de identificar na complexidade da imprensa operária e anarquista algumas diretrizes do pensamento libertário que serão difundidas no movimento operário da Primeira República do Brasil. A historiografia ainda não produziu obras que tratem exclusivamente das minúcias da imprensa operária, sobretudo anarquista, deixando assim, um *lócus* a ser preenchido por novas pesquisas que tratem do assunto. Assim, compreendemos que ocorreu, e ainda ocorre, uma disputa no campo da memória do movimento operário brasileiro que, com objetivos diversos, deturpou o papel da imprensa anarquista, simplificando-a e elevando disparidades no seu interior para exaltar determinadas estratégias em detrimento de outras.

Assim, têm-se como objetivos: primeiramente, de apreender as concepções assumidas pelo jornal *Spártacus*¹, semanário sediado na cidade do Rio de Janeiro que circulou de 2 de agosto de 1919 a 10 de janeiro de 1920 publicando um total de 24 números; segundo, instigar pesquisadores preocupados em estudar um período frutífero e de grande complexidade da história do Brasil republicano sobre as questões internas do anarquismo no que tange a sua organicidade; por último, compreender que a história dominante é fruto de uma relação histórica de dominação entre os movimentos revolucionários, como por exemplo, a sólida fronteira entre o “dizível e o indizível”² da ditadura vermelha bolchevista no campo da memória.

Fica difícil imaginar *a priori*, conforme tentaremos demonstrar abaixo, como os

*Graduando em Licenciatura em História pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Autor do livro *Educação e Anarquismo: uma perspectiva libertária* (Rio de Janeiro, Rizoma Editorial, 2012). Membro do corpo editorial da Revista Espaço Livre e bolsista do PIBID/Capes.

¹ Todos os números do jornal *Spártacus* encontram disponíveis no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) nas dependências do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) na cidade de Campinas, São Paulo, onde foram coletados. Todos os números do jornal se encontram disponíveis neste arquivo, microfilmado, sendo passível também de ser *scaneado* no próprio arquivo.

² POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3 – 15.

anarquistas com inspiração nas teorias de Malatesta e Kropotkin irão relacionar e propagar os ideais difundidos pelos bolchevistas. Adversários históricos dos anarquistas, os partidários de Lênin receberão apoio dos anarquistas no contexto da Primeira República do Brasil. Porém, esse processo não é algo simples e inocente. Nossa hipótese é de que entusiasmados pelos ecos da Revolução Russa, o jornal irá difundir concepções do comunismo³ libertário e estes não terão uma distância crítica, pois no calor dos acontecimentos e na conjuntura do período, notícias claras do que realmente acontecera no extremo norte da Europa eram difíceis.

Antes de tudo, torna-se salutar dizer que com a imigração, sobretudo italiana, vieram para o país os ideais do movimento operário europeu e, conjuntamente, suas práticas políticas. Esses imigrantes que chegavam ao Brasil vinham carregados de concepções e pensamentos de organização proletária, características da Europa daquele contexto. Porém, os ideais do movimento operário não advieram apenas da Europa.

No caso brasileiro, as transformações trazidas pela modernização potencializaram o crescimento e a necessidade da imprensa, trazendo a “difusão de novos hábitos, aspirações e valores” (LUCA, 2011, p.120), em que abrigavam uma infinidade de publicações periódicas. Conforme Boris Fausto (1977, p. 61) o jornal teve um papel de suma importância para o operariado, pois este “constitui um dos principais centros organizatórios de difusão de propaganda”. Ele figura-se dentro do movimento operário da Primeira República do Brasil como um “veículo de expressão escrita”, transformando-se “(...) também com frequência em veículo oral, ao ser lido em voz alta aos trabalhadores analfabetos”.

³ É notório informar que o conceito de comunismo libertário nos “clássicos anarquistas” é um conceito utilizado frequentemente por seus militantes, especificamente em Piotr Kropotkin. Porém, o conceito de *comunismo*, era um termo em “disputa”. Na historiografia, os conceitos em disputa são concepções de suas práticas. Assim destaca Antoine Prost “É que, para os atores individuais ou coletivos da história, os textos que eles produzem não são apenas meios de dizer seus atos e posições; os textos são, neles mesmos, atos e posições. Dizer é fazer, e a lingüística, fazendo o historiador compreender isso, devolve-lhe a questão do sentido histórico desses atos particulares” (in: RÉMOND, 1996, p. 317).

Os anos de 1917 - 1920 são marcados por grandes greves e insurreições ocasionando várias expulsões e deportações. Por exemplo, a Lei Adolfo Gordo⁴ será colocada em prática diversas vezes para expulsar os *indesejáveis*⁵. No Rio de Janeiro no período acima mencionado ecoou três movimentos grevistas de destaque. Conforme Addor (2009), a greve de julho de 1917 no Rio de Janeiro ocasionada, sobretudo, pela carestia de vida e organizada pela FORJ (Federação Operária do Rio de Janeiro), ocorre ao mesmo tempo da greve geral na cidade de São Paulo. A segunda greve de destaque é “a greve ocorrida em agosto de 1918, dos trabalhadores da Companhia Cantareira e Viação Fluminense” (ADDOR, 2009, p. 30). Nesta greve de agosto de 1918, o conflito entre trabalhadores e a polícia estadual marcam um período mais um sangrento na história da Primeira República do Brasil. O terceiro movimento grevista ocorre em novembro de 1918 como uma greve que visava a insurreição, fato que não ocorre. Os grevistas são reprimidos pelo Estado sob a égide da polícia, marcando mais um capítulo sangrento no movimento operário.

A 18 de novembro de 1918 declara-se no Rio e em cidades vizinhas uma greve geral insurrecional. Operários entram em choque com o exército e a polícia. Oiticica e outros são presos acusados por um oficial do exército de serem os promotores de uma tentativa insurrecional (LOPES, 2007, p. 2).

Para Edgar Rodrigues, no período da Primeira Guerra Mundial, “o proletariado do Brasil ainda acolheu o grito de desespero dos flagelados russos, principalmente os

⁴ Nos primeiros anos do século XX no Brasil a política repressiva do Estado se fortificou. Tal repressão materializada, por exemplo, na *Lei Adolfo Gordo*, proposta pelo Deputado Adolfo Gordo e aprovada no ano de 1907 é um exemplo elementar. A lei previa a expulsão de estrangeiros que estivessem ligados ao movimento operário da época. Nesse âmbito, um exemplo claro é a expulsão do diretor do jornal socialista "AVANTI", Vicente Vacirca, em 1908 (RODRIGUES, 1997, s/p). De acordo com Dulles (1977, p. 117), essa lei, que será reeditada em 1922, “estabelecia punições para os que contribuíssem para a prática de tais crimes através de reuniões ou de qualquer instrumento de propaganda; e conferia às autoridades o direito de fechar, por tempo indeterminado, sindicatos e entidades civis que cometessem atos prejudiciais à segurança pública”. Para maior aprofundamento: BATALHA, Claudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000; RODRIGUES, Edgard. *O Homem e a Terra no Brasil*. Florianópolis: Insular, 1997; LEAL, C. F. B. *Pensiero e Dinamite: Anarquismo e repressão em São Paulo nos anos 1890*. 2006. 308f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

⁵*Spártacus* em seu número 13, datado de 25 de setembro de 1919, irá dizer que o governo preparou ao Congresso Nacional, via senador Adolpho Gordo, um “projeto-arrôcho”, ou simplesmente, um “projeto-rolha” que visava “vedar a propaganda comunista pelas penas ou na tribuna”. Tratava-se nada menos do que da Lei de Expulsão.

anarquistas do Rio de Janeiro, que haviam fundado o primeiro Partido Comunista Brasileiro em 1919” (o mesmo partido que citamos anteriormente). Essa organização era um Partido, mas que “nada tem a ver com o futuro Partido Comunista”, era apenas “um produto do entusiasmo dos trabalhadores libertários com a Revolução dos Sovietes” (RODRIGUES, 1996, s/p).

O jornal *Spártacus*, considerado como o “porta-voz do núcleo carioca do Partido Comunista” surgiu em 2 de agosto de 1919 e tinha sua publicação sob a responsabilidade de um Grupo Editor, “estando a sua redação e administração a cargo de Astrojildo Pereira”. Ainda contou como redatores do jornal: José Oiticica (1882-1957), Astrojildo Pereira (citado anteriormente e ainda anarquista), Santos Barbosa, Urich d'Avila, Izauro Peixoto, Salvador Alacid, José Busse e Cruz Junior.

No mesmo período, José Oiticica e outros libertários fundaram em 1919 o *Partido Comunista do Brasil* de inspiração malatestiana⁶. Alexandre Samis aponta que a criação da *Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*, organização de orientação política definida, foi fundamental nessa criação. A *Aliança* “surgia como um órgão de união, entendimento e de aliança entre anarquistas” e o Partido “tinha como objetivo dar organicidade às ações dos libertários que pensavam não bastar unicamente a inserção sindical para se alcançar a Revolução Social” (SAMIS, 2004, p.145).

(...) em 1919, os anarquistas, carentes de um órgão que respondesse à altura pelas demandas do período, fundaram um Partido Comunista de inspiração libertária. Seu “presidente de honra”, título, aliás, rejeitado pelo homenageado, José Oiticica, além de outros anarquistas, entendiam que era premente a necessidade de se formar um núcleo político que pudesse encaminhar, mais claramente, ações anarquistas em diversos

⁶ Apesar da tese do Partido Anarquista - já presente em Mikhail Bakunin com a ADS - é com Errico Malatesta que essa estratégia é levada a cabo com maior profundidade (o italiano desenvolve as teses de Bakunin, apesar de suas discordâncias). Objetivando criar uma organização anarquista com base operária sólida, o Partido Anarquista na concepção do italiano Errico Malatesta, visava, de maneira geral, trazer o desenvolvimento do tema da organização específica anarquista para catalisar no nível das massas uma questão ideológica sintética e bastante definida em meio às massas: o anarquismo. Sobre a "Plataforma Organizativa para una Unión General de Anarquistas" de 1926, Malatesta dirá : “Eu creio que é, por sobre tudo, urgente e essencial que os anarquistas alcancem acordo e se organizem tanto como podem e o melhor que puderem, para que ser capaz de influencia a direção que as massas tomam em sua luta por melhorias e por sua emancipação. (...) Daqui se encontra a urgente necessidade de organizações puramente anarquistas, lutando desde dentro e desde fora dos sindicatos para alcançar uma sociedade plenamente anarquista e para esterilizar todo gérmen de degeneração e reação” (MALATESTA, 1927).

setores da sociedade. O Partido, sem fins eleitorais, vinha preencher uma lacuna organizativa que não cessava de crescer com a ampliação das atividades de militantes libertários no meio operário (SAMIS, 2004, p. 138).

Sobre a fundação do Partido Comunista, Nascimento (2007) diz que “procurando fundir uma concepção malatestiana de partido com a proposta maximista, maximalista ou bolchevista, como ficou mais conhecida” o partido, de “vida efêmera, defendia as bandeiras do antiparlamentarismo, do antiestatismo, do anticapitalismo. Feneceu por conta dos embaraços e ambigüidades que suscitava, retratando o estado de espírito confuso existente entre os trabalhadores à época” (NASCIMENTO, 2007, p. 130). Porém, há algumas questões a serem discutidas na tese de Nascimento (2007). A distinção entre nível político e social também é feita pelos anarquistas, portanto, não há nesse sentido, apropriação dos sentidos políticos do *maximalismo*. O que aproxima o partido leninista do partido anarquista é apenas a distinção entre as esferas, mas há uma diferença profunda no que tange a tarefa do nível político e do social, o que distinguiria de maneira mais definida as duas propostas⁷.

Continuando sobre o Partido Comunista, Astrojildo Pereira, assim dirá:

são mais ou menos conhecidos os acontecimentos que antecederam e abriram caminho à organização definitiva do Partido Comunista do Brasil. [...] Ponho “Partido Comunista do Brasil” entre aspas porque em verdade o seu conteúdo não correspondia ao rótulo. [...] Em vez de estatutos, foram elaboradas e adotadas umas simples ‘bases de acordo’, à boa moda anarquista, com o item seguinte relativo aos ‘fins imediatos’ do Partido: ‘Promover a propaganda do Comunismo Libertário, assim como a organização de núcleos comunistas em todo o país (PEREIRA, 1962, p. 42).

Após o Congresso Comunista e a fundação do Partido, o jornal *Spártacus* (assinado por José Oiticica) irá publicar os *Princípios e Fins* e as *Previsões Práticas*, nos números 3 e 4 do jornal, respectivamente. Vejamo-las abaixo:

Estes *princípios* e *fins* serão a carta de abecê introdutória do meu *Catecismo anarquista* que pretendo editar em livro (...)

XVIII O estado, órgão sustentador da propriedade particular, baseia-se

⁷ Para tal, ver: CORREA, Felipe. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: uma resenha crítica do livro de Edilene Toledo, a partir das visões de Michael Schmidt, Lucien Van der Walt e Alexandre Samis*. Disponível em <<http://www.anarkismo.net/article/16164>>. Acessado em 14/04/2013.

em leis impostas aos não-possuidores ou aos pequenos possuidores

XIX A classe dos grandes possuidores, constitutive do Estado, sempre criou para seus membros inúmeros privilégios que os eximiam das leis. Somente as contínuas revoltas dos não-possuidores tem conseguido cercear taes privilégios.

XX O estado garante a execução das leis protetoras da propriedade particular por meio da violência (força armada). O Estado é, por isso, instituição antisocial e imoral. (...)

XXX O ensino deve ser integral até os vinte anos e garantido para todos. (...)

XXXI A educação comunista visa desenvolver o mais possível a capacidade de energia de todos. (..)

Eis os princípios teóricos. No próximo número virão as previsões práticas. JOSÉ OITICICA (SPÁRTACUS, 16/08/1919, p. 1).

Algumas considerações são importantes. Os princípios libertários desse Congresso Comunista que instituirá um Partido (sob as bases teóricas malatestianas, conforme colocamos anteriormente) são importantes de serem salientados. Primeiramente, a concepção de que o Estado é tido como o constituinte dos privilégios da exploração, compondo então, a sua destruição como uma necessidade revolucionária; segundo, as leis criada pelo Estado vem para fundamentar essa exploração no âmbito jurídico e formal, cabendo aos trabalhadores a luta antiestatal como revolucionária, ou seja, não cabendo a organização da classe via Estado; terceiro, a educação propagada pelo Congresso visa contribuir para a emancipação dos trabalhadores através dos princípios da integralidade do conhecimento que pode ser adquirido pelos indivíduos. Outras questões são importantes de lembrar, por exemplo, as *Previsões Práticas*. Destacamos algumas abaixo.

I. O território de cada paiz será dividida em zonas federadas, cada zona em municípios e cada município em comunas. (...)

V. Para coordenação e direção dos serviços e para execução das medidas tomadas nas assembléas, haverá *conselhos* comunais, municipais, federais e um internacional. (...)

XI. Os delegados não gozarão de nenhum privilégio, nem serão dispensados de seus serviços profissionais, sinão quando suas funções de delegado lhes absorverem todo o tempo.

XVIII. As horas de trabalho em cada comuna serão reguladas pelas necessidade sociais, ficando o horário a cargo do conselho comunal. (...)

Eis o esboço de uma constituição comunista. Há de ser forçosamente

incompleta. Peço aos camaradas que em tono desse esboço travem discussões e sugiram outras idéas essenciais. JOSÉ OITICICA (SPÁRTACUS, 23/08/1919, p. 1).

Nestes elementos encontramos alguns pontos definidores do princípio comunista libertário. O primeiro é a estratégia comunal de organização, na relação de cada localidade dividida em zonas federadas, cada zona em municípios e cada município em comunas, não cabendo o centralismo e o governo burocrático, e sim, a autogestão; segundo, os trabalhos realizados dentro de cada comuna será realizada através de delegados não cabendo autonomia administrativa do individuo frente ao coletivo; o regime comunista institui a produção (o trabalho) regulada pela necessidade social, sendo então, um princípio da necessidade perante o coletivo⁸.



Figura 1 - Parte superior do primeiro número de Spártacus.

Nesse contexto a repressão aos trabalhadores combativos não cessara. Em maio de 1919, trabalhadores cariocas fazem uma reivindicação ao governo pela jornada de 8 horas de trabalho. Antes mesmo da resposta do governo emerge um movimento insurrecional onde, estipula-se que no dia 18 de maio, cerca de 10 mil trabalhadores estivessem parados (DULLES, 1977, p. 76). O fim da greve no mês de julho só irá paralisar um movimento específico, dando cabo a vários que virão adiante. Nesses últimos, a repressão será grotesca. O brasilianista Jhon W. F. Dulles aponta que mesmo antes de publicar o jornal *Spártacus*, a polícia já havia ameaçado em prender José Oiticica e seus congêneres (idem, p. 79).

⁸ De acordo com Berkman (2006, p. 194), “as necessidades essenciais do povo devem ser satisfeitas. Nesse estado a revolução vive das provisões já existentes”.

Porém, como exemplar militante anarquista, José Oiticica e seu Grupo Editor lança o jornal *Spártacus*. A justificativa pelo nome dado ao periódico é vista no primeiro texto que inaugura o jornal. De autoria de José Oiticica, o texto que leva o nome do escravo romano, ressalta uma frase que marcará as páginas deste jornal: “Si temos de arrancar nossas espadas não seja conta nós mesmos; arranquemo-las conta os nossos opressores”. Assim, essa frase viria resumir o programa do jornal quando enumerava os pressupostos libertários que o escravo romano teria.

É ele que nos brada, nestas colunas suas, impregnadas do seu sangue, do seu martírio, do seu exemplo, convocando os descontentes de toda a Terra para realizarem, de uma vez, a obra antiga de Harmonia Humana. JOSÉ OITICICA (*SPÁRTACUS*, 02/08/1919, p.1).

A impossibilidade de publicação diária do jornal é apresentada ao público leitor no seu primeiro número. Assinado por José Oiticica, Astrojildo Pereira, Santos Barbosa, U. d’ Avila, Izauto Peixoto, Adolfo Busse, Salvador Alacid e Cruz Junior, o artigo *Explicação* apresenta os subsídios necessários para compreendermos as dificuldades que a imprensa libertária passava por vários motivos, sobretudo, da “tratagem burguesa”. Assim, o grupo justifica a periodicidade do jornal dizendo que este é “*Spártacus*. Modesto, mas irreductível, todo ele se consagrará à obra imensa da revolução social dos nossos dias” (*SPÁRTACUS*, 02/08/1919, p. 1).

Após o surgimento do jornal (datado do segundo dia de agosto de 1919), outra greve irá emergir e será decisiva para a afirmação do periódico, pois, ao preencher as páginas com as notícias da greve, o proletariado iria conhecendo os princípios fundamentais da prática libertária. Já no mês seguinte, com a constante e crescente reação aos grupos libertários e da ação contra a propaganda anarquista, Germiniano da França e Nascimento Silva (respectivamente, chefe da polícia e delegado auxiliar) a mando do Presidente Epitácio Pessoa ordena que “fossem retirados das estações ferroviárias e dos correios todos os exemplares de *A Plebe*” além de recolher todos os exemplares do número 6 do periódico *Spártacus* datado de 6 de setembro (idem).

A apreensão de *Spártacus* foi motivo de orgulho para seus editores e prova de que efetivamente combatiam a burguesia. Mas a diminuição da venda impunha uma economia, e a edição de 13 de setembro saiu com duas páginas, em vez das quatro costumeiras (DULLES, 1979, p. 93).

Chamando a atenção dos trabalhadores para esse incidente muito significativo, o grupo editorial do jornal publica o artigo *A apreensão de “Spártacus”* no número seguinte.

Sabem os trabalhadores que a polícia apreendeu a edição do nosso numero passado. Os pretextos alegados pela polícia são os mais fúteis possível. Resumem-se no seguinte: 1º pregamos aqui o assassinio de Lloyd George; 2º pregamos directamente a revolução imediata; 3º usamos de linguagem desbragada ou mentiroso. (...)

A apreensão de Spártacus nos orgulha. Prova que fazemos obra sã, pois apavoramos a burguezia, católica, redentórica ou simplesmente conservadora.

E é o nosso fim (SPÁRTACUS, 13/08/1919, p. 1).

Alexandre Samis ressalta que José Oiticica fez críticas ao movimento anarquista principalmente sobre a questão da organização. Oiticica coloca em xeque a questão importante no que diz respeito à “insuficiente conjugação de esforços que possibilitasse a harmonia entre a militância social e a organização tipicamente anarquista” (SAMIS, 2009, p. 48).

Em linhas gerais, o semanário anarquista tem diversos pontos de discussão. A diversidade de temas discutidos no semanário, sob autoria de vários militantes, não esconde o papel central que José Oiticica terá no jornal, pois a maioria dos textos do jornal, principalmente os primeiros textos que inauguram os primeiros números são de autoria de Oiticica.

No artigo *Dos anarquistas ao povo do Brasil: quem somos e o que queremos* publicado em 27 de setembro de 1919, encontramos uma resposta a aqueles que afirmavam que o anarquismo seria um problema importado, ou seja, culpa do imigrante⁹ europeu, bastando a expulsão para que se resolva o problema. Vejamos:

(...) Paiz essencialmente de imigração, vivendo as suas indústrias principalmente do braço e da inteligência do imigrante, é naturalíssimo que os centros de maior população operária no Brasil contenham forte e

⁹ De acordo com Rodrigo Rosa da Silva, a justificativa de expulsão de anarquistas estrangeiros foi baseada na teoria da “planta exótica”, numa suposta conspiração internacional contra o capitalismo e o governo e na tão propagada origem estrangeira dos militantes, sempre classificados como “indesejáveis” nas páginas dos jornais mantidos pelas elites” (SILVA, 2005, p. 39).

predominante percentagem de estrangeiros. E como o anarquismo se propaga e se radica especialmente entre as classes operárias, não é menos naturalíssimo que muitos desses operários sejam anarquistas. (...) Agora, o que é absolutamente falso é que todos os anarquistas, entre nós, sejam estrangeiros. É uma grandíssima mentira, contra a qual protestamos com toda a veemência, nós, que este manifesto laçamos, todos nascidos no Brasil e orgulhosos das nossas convicções libertárias. (...) Estrangeiros em última análise, somos todos e tudo no Brasil. Brasileiros autênticos e puros são exclusivamente os índios que os nossos avós estrangeiros e nós próprios dizíamos e vamos dizimando, no passado e no presente. A nossa língua é estrangeira. Os nossos costumes são estrangeiros. (...) Numa palavra: tudo que possuímos em matéria de civilização é absolutamente estrangeiro (SPÁRTACUS, 27/09/1919, p. 2).

De acordo com Silva (2005, p. 39), o “manifesto acima citado foi assinado por 60 militantes anarquistas de diversas profissões. Dele podemos extrair os dois principais argumentos contra a teoria da ‘planta exótica’” (SILVA, 2005, p. 39). Esses argumentos se assentam primeiramente no pensamento de que os anarquistas no Brasil eram, exclusivamente, imigrantes expulsos de seus países e segundo, por pensarem que os imigrantes viam para o Brasil com o intento de propagar o “caos” e botar lenha na “fogueira da luta de classes”.

Outro elemento de destaque no jornal e no anarquismo nesse período, são as influências que a Revolução Russa causou. José Oiticica e Edgar Leuenroth (1881-1968), por exemplo, foram abalados pelo bolchevismo, mesmo sem adotarem o marxismo. No jornal *Spártacus* número 7 e número 9 registra-se a aproximação de Oiticica com o bolchevismo¹⁰. O primeiro número que destacamos, veicula uma frase de Lênin sobre o papel da imprensa¹¹. Assim, em 20 de setembro no artigo *Vão Confessando...* José Oiticica, fazendo duras críticas aos ingleses que lutavam contra o bolchevismo dirá: “Si não fossem os bolchevistas! Por isso, na campanha nova, a extinção do bolchevismo é ponto capital. Guerra aos anarquistas de todo o mundo!” (SPÁRTACUS, 20 de setembro de 1919, p. 1).

¹⁰ Ressaltamos que essas aproximações estão numa relação conjuntural de defesa da Revolução Russa e seus partidários. Há, de fato, uma aproximação tática *dos anarquistas fora da Rússia* com o bolchevismo. Porém, logo superada por conta das questões de repressão, os acontecimentos de repressão ao Exército Insurrecional Revolucionário da Ucrânia, aos marinheiros de Kronstadt, etc.

¹¹ *Spártacus*, nº 07, 13/09/1919.

O jornal *Spártacus* (1919 – 1920) publicado no Rio de Janeiro registra em suas colunas um debate entre anarquistas em torno de uma possível convergência entre anarquismo e marxismo. Neste período, alguns anarquistas ficaram balançados com o marxismo e outros passaram para o marxismo fundando o Partido Comunista Brasileiro, em 1922. Entretanto, outros combateram energicamente as ideias marxistas. Florentino de Carvalho combateu ardorosamente o marxismo antes de 1917 e continuou este enfrentamento nos anos seguintes (NASCIMENTO, 2006, p. 209).

É importante salientar que outras seções não tinham um título específico, mas apresentava os acontecimentos mundiais importantes para os trabalhadores. Nesse sentido, nas primeiras páginas do periódico tinham-se matérias destinadas a analisar e divulgar os acontecimentos mundiais, por exemplo, a Revolução Russa do ano de 1917, a Revolução Social na Itália¹², etc. Além destas duas citadas anteriormente, a veiculação do artigo *Mensagem de Lênine aos trabalhadores americanos*¹³ é a prova da aproximação entre o bolchevismo e o Grupo Editor do jornal, compondo a afinidade ideológica, sobretudo por Oiticica e Astrojildo Pereira.

Outro artigo de destaque é *Verdade verdadeira do Bolchevismo*, escrita por Fernando Rolba se lê a convicção do autor pela República dos Soviets quando afirma que os operários devem aprender a “venerar os vossos irmãos russos, que são os grandes detentores da humanidade que sofre e que tem fome!”. Para este autor, o povo russo são as “únicas almas verdadeiramente grandes e audazes que ainda foi dado ao mundo rotineiro e egoísta procrear!” (SPÁRTACUS, nº 14, 01/11/1919, p. 3).

A política repressiva do Estado acaba por fechar vários jornais libertários. Edgar Rodrigues (s/d, p. 232) aponta que no ano de 1919 na cidade do Rio de Janeiro “é suspenso o jornal ‘Spártacus’” e na cidade de São Paulo, “empastelada ‘A Plebe’ (...)”¹⁴.

¹² O nº 13 do jornal irá publicar o artigo *A Revolução Social na Itália* onde irá destacar o papel do partido comunista da Itália onde será o país em que “mais próximo se encontra da liquidação final do regime burguez pela revolução social” (SPÁRTACUS, nº 13, 25/10/1919).

¹³ *Spártacus*, nº 01, 02/08/1919.

¹⁴ No número de 25 de setembro de 1919, *Spártacus* irá publicar ‘*A Plebe*’ empastelada onde irá denunciar a política do estado em promover o fechamento do jornal paulista. Para os editores de *Spártacus*, a polícia paulistana sob a liderança de um delegado que chefia uma quadrilha, “assalta e empastela um jornal de ideias, depois de grande guerra pelo Direito, pela Justiça, pela Civilização!”.

Assim, o grupo editorial do número 7 apela aos “camaradas e amigos” que se esforcem para a “manutenção do nosso orgam!” (SPÁRTACUS, 13 de agosto de 1919, p. 1). Um elemento de ajuda mútua é a solidariedade ao propagandear outros jornais libertários com o intento de ajudá-los. *Spártacus* irá publicar um esclarecimento chamado de *Plebe diária* alertando sobre os problemas que o periódico paulista passara que estão todos aguardando seus números diários “impacientes e com uma calorosa e antecipada saudação aos camaradas de S. Paulo!”, pois o jornal estava “rompendo quotidianamente o bom combate pela anarquia” (SPÁRTACUS, 06/09/1919, p. 1).

Não só o jornal carioca fazia saudações e colaborava com os demais. O jornal *A Plebe* de 9 de setembro de 1919 irá veicular “aos nossos camaradas do Rio de Janeiro a nossa mais viril e firme solidariedade” aos acontecimentos da apreensão do jornal carioca. No número seguinte d’ *A Plebe* irá ter a seguinte frase: “O ‘Spártacus’ oprimido! Viva o ‘Spártacus’” (*A PLEBE*, 10/09/1919, p. 2).



Figura 2 - Parte superior do último número de *Spártacus*.

Spártacus também funcionava como uma alerta à força do imperialismo mundial no território brasileiro. No número de 20 de setembro de 1919, um artigo “sem autoria”(provavelmente do Grupo Editor) enumera alguns grandes capitalistas que são os proprietários de alguns importantes setores da produção. Chamando-os de “indesejáveis” (nome dado geralmente aos operários imigrantes que vieram para o Brasil) *Spártacus* vem para

(...) mostrar, por estas colunas, comm a prova real dos factos e não com a calunia das afirmações sem base, que os “indesejáveis”, no Brazil, se encontram precisamente na classe dos capitalistas estrangeiros, cuja actividade se emprega exclusivamente em sugar o trabalho nacional, em drenar para fora do Brazil o melhor das riquezas arrancadas do solo

brazileiro (...) Corrego do Meio, situada em Sabará, adquirida por 450:000\$ pelo Sindicato Alemão (...) Estes são pois os autênticos “indesejáveis”, porque estes são, em boa e lidima verdade os exploradores do Geca nacional como do Geca nacionalizado (SPÁRTACUS, 20 de setembro de 1919, p. 1).

Ainda neste número, com o intento de informar aos trabalhadores brasileiros o que acontecia mundialmente no movimento dessa classe, publica-se o artigo *Boletim da Guerra Social – Através os telegramas da semana*, como por exemplo, a greve que se instalara na Alemanha e da greve geral de Marselha. No número inaugural do jornal o artigo *A caminho da sociedade nova – A Revolução Social na Inglaterra* vem a enunciar a situação grevista que ocorrera na Inglaterra naquele período. Esta veiculação apresenta como *sintomática e exemplar* a ação dos grevistas ingleses.

A partir da edição de 13 de dezembro de 1919, começa-se a publicar cartas e mensagens na seção *A voz dos deportados...* Nesta seção do jornal, semanalmente se apresentava as consequências e a situação que os militantes anarquistas estavam após a execução da Lei Adolfo Gordo. No número 20, Gigi Damiani contará como foi deportado do Brasil, narrando os acontecimentos até chegar na cidade de Roma, capital da Itália.

Reafirmando a influência da ideias de Piotr Kropotkin, José Oiticica escreve no texto *O que são* do jornal, nº 19, de dezembro de 1919 que “Kropotkin é, na verdade, o escritor que mais profundamente penetrou na futura organização anárquica e mais compreende o papel do povo nessa organização de comunas livres” (SPARTACUS, nº 19, p. 2).

O número 24 de *Spártacus* levando o slogan *A Voz do Povo – Diário dos Trabalhadores* – brevemente será o último dessa trajetória breve do jornal. O semanário comunista libertário não sairá mais e sua periodicidade diária nunca aconteceu. *Spártacus* terminará sua participação semanal no dia 10 de janeiro de 1920 por conta de diversos motivos, dentre os quais estão a dificuldade de recursos para sua manutenção e a constante repressão do Estado.

Para caminharmos para a conclusão deste texto devemos colocar uma questão central que está presente em todos os números do periódico: as interpretações de apoio aos bolchevistas. Estas, apenas revelam a falta de conhecimento do que realmente

acontecera na Rússia. O jornal em nenhum de seus números veio defender o Estado e o burocratismo, algo tão caro e presente aos bolchevistas. Essa interpretação equivocada que conciliou nas mesmas páginas as teorias de Lênin, Kropotkin e Malatesta só revela a falta de conhecimento dos fatos da revolução russa¹⁵ (por conta de diversos elementos – entre eles a dificuldade de informações que aqui chegavam e as deturpações dos fatos).

A imprensa operária e anarquista brasileira também esteve ligada a fenômenos de dominação de sua memória. Uma memória oficial e ainda reinante execra as singularidades dos acontecimentos, produz uma significação conservadora do passado, causando uma visão determinista e dogmática dessa história.

Assim, para concluir, enfatizamos que o jornal apresenta uma crítica aos pressupostos teóricos dos que defendem o Estado. Finalizaremos transcrevendo as palavras de José Oiticica publicadas no número 6, ressaltando o caráter libertário e revolucionário do jornal, preocupado com a finalidade última do anarquismo: a destruição da sociedade de classes, do capitalismo, do Estado, etc. para a construção de uma sociedade radicalmente diferente, fundada em pressupostos autogestionários. Oiticica dirá: “não confiamos nem nos governos, nem nos patrões; porque sabes ter sido a confiança dos párias em seus amos a maior desgraça deles e a força de conservação destes”. Ainda reitera que “não queremos nenhum *acôrdo* com capitalistas, sendo nosso maior fim destruir o capitalismo individual e erigir uma sociedade coletivista” (SPÁRTACUS, 06/09/1919, p. 1).

Assim, *Spártacus*, como diversos outros jornais cumpria um importante papel no movimento operário brasileiro, pois, veiculava áspersos argumentos contra o capitalismo e, em momento nenhum defende o Estado. Concordando com Bakunin, *Spártacus* propaga que “de um lado, o Estado, de outro, a revolução social”.

¹⁵ Este não é um caso específico de falta de conhecimentos sobre a revolução russa e a repressão aos grupos libertários. Sebastien Faure, conhecido anarquista, irá escrever um texto de Paris para o jornal *Spártacus* sob o título *O Bolchevismo e a atitude anarquista* que colocará sua admiração pela Revolução Russa e seu desconhecimento geral sobre a atitude dos anarquistas frente ao acontecimento russo, onde serão combatidos pelo governo de Lênin. (SPÁRTACUS, nº 11, 11/10/1919, p. 1).

REFERÊNCIAS

1. Jornais

Jornal Spártacus

nº 1, 02/08/1919;

nº 2, 09/08/1919;

nº 3, 16/08/1919;

nº 4, 23/08/1919;

nº 5, 30/08/1919;

nº 6, 06/09/1919;

nº 7, 13/09/1919;

nº 8, 20/09/1919;

nº 9, 27/09/1919;

nº 10, 04/10/1919;

nº 11, 11/10/1919;

nº 12, 18/10/1919;

nº 13, 25/10/1919;

nº 14, 01/11/1919;

nº 15, 08/11/1919;

nº 16, 15/11/1919;

nº 17, 22/11/1919;

nº 18, 29/11/1919;

nº 19, 06/12/1919;

nº 20, 13/12/1919;

nº 21, 20/12/1919;

nº 22, 27/12/1919;

nº 23, 03/01/1919;

nº 24, 10/01/1920.

Jornal A Plebe

nº 3 (diário), ano II, quarta-feira, 10/09/1919.

2. Bibliografia

BERKMAN, Alexander. *El Abc del Comunismo Libertário*. Buenos Aires: Ediciones HL, 2006.

CAMPOS, Andreia da Silva Lauças. *Fábio Luz e a pedagogia libertária: traços da educação anarquista no Rio de Janeiro (1898-1938)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ. Rio de Janeiro, 2008.

DULLES, J. W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900 – 1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.

FAUSTO, B. *Trabalho urbano e conflito social*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

LAMOUNIER, Aden Assunção. *A construção do pensar anarquista de José Oiticica*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011

LOPES, Milton. José Oiticica: uma existência pela Ação Direta. *Emecê - Boletim do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa*. Rio de Janeiro: ano III, nº 6, maio de 2007.

MALATESTA, Errico. *Un plan de organización anarquista*. In: *Il Risveglio*. Ginebra: Outubro de 1927.

_____. *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Hedra, 2008.

NASCIMENTO, Rogério. A propósito dos 90 anos da Revolução Russa: reflexões críticas de um anarquista nos idos de 1920. In: *VERVE*, Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. São Paulo: nº 12, 2007.

_____. *Indisciplina: experimentos libertários e emergência de saberes anarquistas no Brasil*. Tese (doutorado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais/Políticas da PUC/SP. São Paulo: 2006.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3 – 15.

RÉMOND, René (org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1996.

RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros*. Vol 2. Florianópolis: Editora Insular, 1997.

_____. *Pequena História da Imprensa Social no Brasil*. Rio de Janeiro: VJR, 1996.

_____. *Trabalho e Conflito: pesquisa 1906 – 1937*. Mimeografado.

SAMIS, Alexandre. Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil. In: COLOMBO, Eduardo (orgs.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Expressão e Arte & Imaginário, 2004.

_____. Presenças Indômitas: José Oiticica e Domingos Passos. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *As Formações das Tradições 1889-1945*. Col. História da Esquerda, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Rodrigo Rosa. *Imprimindo a Resistência: A Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo (1930 – 1945)*. 193 f. Dissertação (Mestrado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2005.